

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasília Class.: 1221

Data: 06/01/90 Pg.: _____

Tuma quer novas áreas para garimpeiros

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama) e a Igreja, juntamente com a Funai e Polícia Federal, foram chamadas a participar da Operação Canaimé, que consiste na retirada de 50 mil garimpeiros do território dos índios Yanomamis, em Roraima.

Ao dar ontem esta informação o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Romeu Tuma, falou da importância socioeconômica de se encontrar uma nova área de garimpo para colocar o pessoal a ser expulso da reserva — tarefa a cargo do Ibama e DNPM. Ao mesmo tempo, segundo confessou, ele pretende encontrar-se com dom Luciano Mendes, para pedir-lhe que a Igreja forneça auxílio espiritual tanto para os garimpeiros, como para os índios, já que, apesar da posição da Igreja de preservação das áreas indígenas "já estar definida, no campo espiritual todo mundo é igual", conforme destacou o delegado.

Operação de guerra
Romeu Tuma não escondeu sua preocupação com a questão da retirada dos garimpeiros e os problemas que daí poderão advir, razão pela qual defendeu a participação de todos os órgãos nacionais com poder de decisão: "Não queremos uma operação de guerra e nem pretendemos retirar ninguém à força, pois eles não são criminosos e na

área existem investimentos". Por isso, segundo Tuma, ele julga que micro empresários têm de receber um tratamento condizente".

O diretor da DPF justificou sua preocupação, citando a relação de 50 empresas de Roraima que deverão falar em função da retirada dos garimpeiros da região dos Yanomamis.

Por isso Tuma acha que o DNPM e o Ibama devem encontrar uma nova área onde os garimpeiros possam trabalhar sem ferir a legislação ou o meio ambiente.

Essa decisão de chamar o DNPM baseou-se sobretudo no temor da Polícia Federal de que o êxodo dos garimpeiros possa criar sérios problemas internacionais, uma vez que a área por eles procurada tem sido aquela mais ao norte, próxima à linha de fronteira com a Venezuela, o que para Tuma representa um "sério risco".

Sobre a participação das Forças Armadas na operação de retirada dos 50 mil garimpeiros da região, o diretor do DPF acha que a FAB poderá colaborar com os meios de locomoção e interdição das 105 pistas de pouso de aviões, mas descartou, numa primeira instância, o comportamento do Exército na operação: "De saída, poderia parecer uma declaração de incapacidade da Polícia Federal e falta de argumentação, de nossa parte, para convencê-los a sair", justificou Tuma.

Manual alerta sobre mercúrio

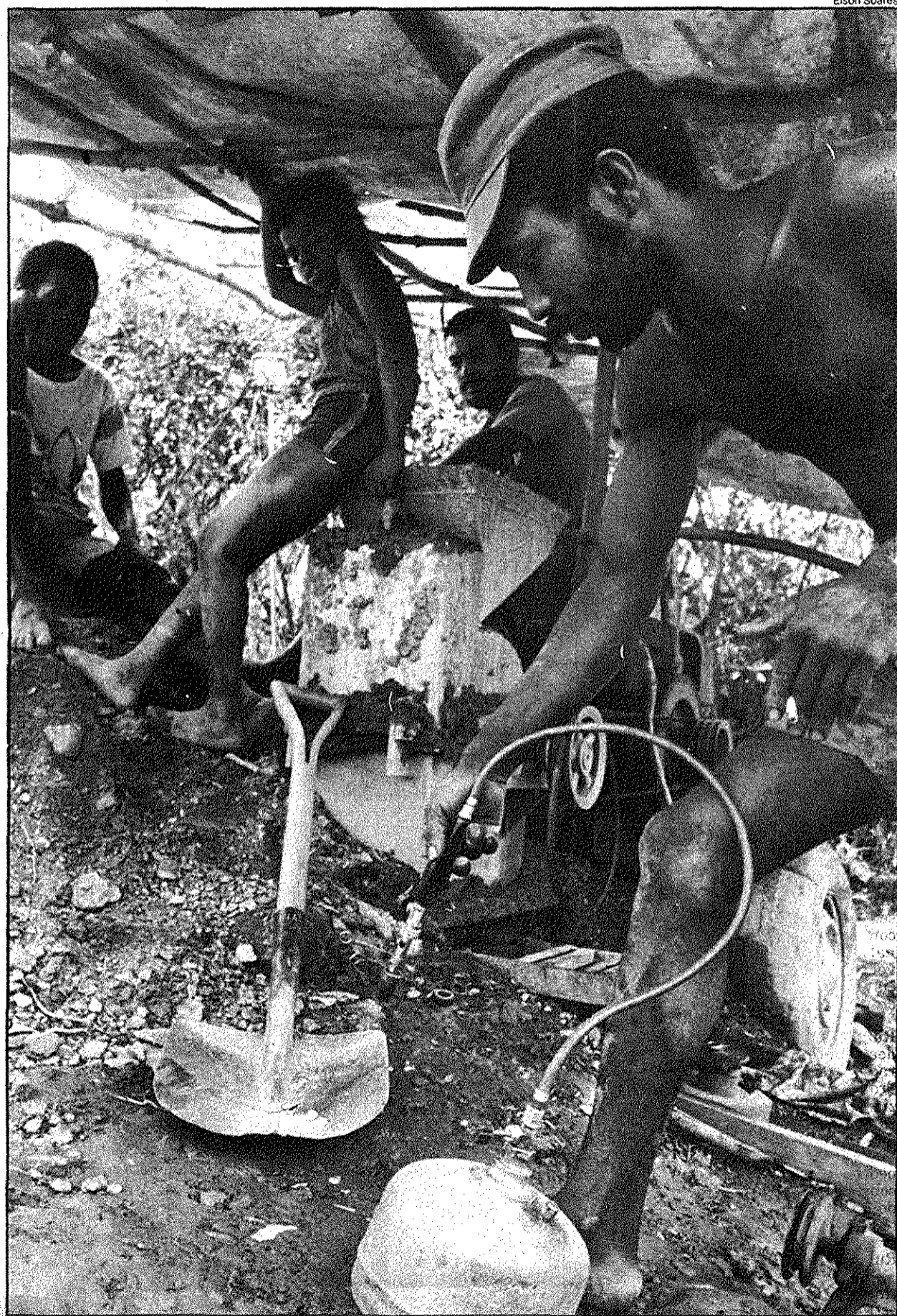
O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) distribuirá, a partir da próxima semana, um manual de normas e instruções sobre a importação, comercialização e uso do mercúrio abrangendo desde o importador ao consumidor. Com este manual o Ibama pretende esclarecer sobre o manuseio do mercúrio e alertar a respeito de seu uso indiscriminado, especialmente nos garimpos. A partir de fevereiro o Ibama vai intensificar a fiscalização sobre a comercialização e o uso do mercúrio no País.

O mercúrio continua sendo utilizado indiscriminadamente no País, o que representa um perigo potencial para a saúde humana e a qualidade do meio ambiente. Para evitar que a livre importação e comercialização acabem por provocar acidentes com trágicas consequências à população e ao meio ambiente, o Governo Federal criou normas legais para a fiscalização das condições de produção e distribuição do mercúrio no País.

O Ibama vai passar a exercer o controle da produção, importação e comercialização do mercúrio, fazendo o acompanhamento do seu destino e uso final, valendo-se para isso das normas e instrumentos legais estabelecidos pelo Governo.

Em abril do ano passado o presidente José Sarney assinou o decreto nº 97.634, que dispõe sobre o controle da produção e da comercialização de substância que comporta risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, delegando ao Ibama a tarefa de cadastrar os importadores, produtores e comerciantes de mercúrio metálico. Em agosto, o presidente do Ibama baixou portaria normativa implantando o Sistema de Cadastramento e Notificação de pessoas físicas e jurídicas que importem, produzam e comercializem a substância, criando o registro obrigatório de equipamentos destinados ao controle do mercúrio metálico em atividades de garimpagem de ouro, em nível de exploração e de uso urbano.

Com relação aos garimpos, o Ibama passou a estabelecer que todos eles devem ser autorizados através de uma licença ambiental sobre atividades minerais que estipula as condições e normas de utilização do mercúrio. Ou seja, fica proibido o uso do mercúrio em garimpos não licenciados, cabendo aos organismos de meio ambiente determinar o zoneamento para a garimpagem em cada Estado, com o estabelecimento das áreas permitidas e as proibidas, a partir de análises técnicas do local.



A queima do mercúrio pelos garimpeiros é um dos principais problemas para a ecologia

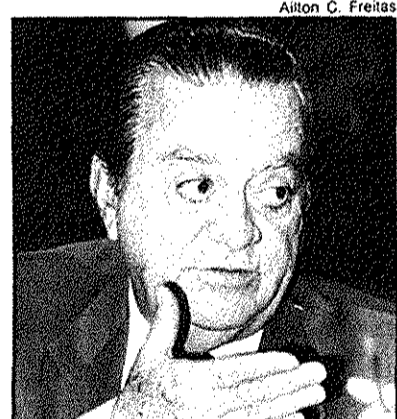
Governo repudia violência

O ministro da Justiça, Saulo Ramos, recebeu ontem instruções do presidente José Sarney para que a operação de retirada dos garimpeiros de áreas indígenas, em Roraima, seja efetuada sem qualquer tipo de violência contra esses trabalhadores.

O presidente entende que os garimpeiros formam uma comunidade de trabalho muito útil ao País, nas regiões próprias, e que, bem orientados e amparados, deixarão as terras indígenas e continuarão produzindo em áreas demarcadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, segundo o Ministro.

Saulo Ramos, que na manhã de ontem conversou com o presidente sobre a questão, disse que Sarney está insatisfeito com o noticiário, que mostra a operação de retirada como contrária e hostil aos garimpeiros. "A intenção do governo não é esta, mas cumprir a Constituição Federal, fazendo cessar as invasões, e dando aos garimpeiros condições de exercício do sagrado direito ao trabalho", frisou o presidente.

Como parte da operação de retirada dos cerca de 50 mil garimpeiros instalados em reservas dos in-



Ministro Saulo Ramos

diários Yanomamis, em Roraima, a ser deflagrada na próxima segunda-feira, começaram a ser espalhados ontem por toda a região, 40 mil avisos aos garimpeiros com recomendações para deixarem a área. Os panfletos estão sendo jogados através de aviões da Força Aérea Brasileira (FAB).

No aviso, a Funai e o DPF alertam que o garimpeiro ao se instalar naquela área dos Yanomamis está cometendo ocupação ilegal de área indígena e exercício ilegal de garimpagem.

Rodovia no Amazonas será mantida



Sarney negou interdição

O presidente José Sarney decidiu manter a extensão de 38 quilômetros da rodovia que o Grupo Paranapanema tem dentro da reserva indígena Waimiri-Atroari, no Amazonas, para chegar a mina do Pitanga, que explora estanho. Com isso, Sarney negou o pedido de interdição daquela estrada, encaminhado à Funai, através da Procuradoria Geral da República, atendendo a argumentação de antropólogos, segundo a qual aquela rodovia era resultado de um acordo irregular que prejudicava os índios.

O presidente manteve a exploração da rodovia, ao aprovar parecer do consultor-geral da República, Clóvis Ferro Costa, publicado no Diário Oficial da União que circulou ontem. De acordo com Ferro

Costa, os benefícios da mina de estanho (a maior do mundo, segundo informações que o consultor-geral diz dispor) são muito importantes para os índios daquela região. Ele argumentou que aquela mina produz divisas da ordem de US\$ 150 milhões, dos quais US\$ 2 milhões ao ano são destinados aos índios como pagamento de royalties.

Na verdade, a rodovia que liga a mina à BR-174 (Manaus-Caracari) tem 77 quilômetros de extensão, mas só 38 quilômetros atravessam a Reserva Waimiri-Atroari, segundo o parecer de Ferro Costa. Ele considerou também muito extensa a área da reserva, que chega a 24 mil quilômetros quadrados.